CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Comissão de Constituição e Legalidade do Legislativo campinense

Câmara debate mudanças na lei para adequação à Reforma Tributária

A Câmara Municipal realiza nesta quinta-feira (12), às 14h, audiência pública para discutir a proposta do Executivo que adapta a Lei Orgânica às mudanças da Reforma Tributária. A proposta prevê alterações nas regras municipais de arrecadação, administração e distribuição de impostos para adequar o município ao novo Sistema Tributário Nacional. Entre as principais medidas está a incorporação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá gradualmente tributos como o ISS e o ICMS. O texto também estabelece a participação de Campinas na gestão compartilhada do novo imposto, cuja administração ficará a cargo de um comitê gestor com representantes dos entes federativos. Pela proposta, Campinas poderá definir sua própria alíquota do IBS por meio de lei específica, respeitados os limites constitucionais. O projeto também atualiza os critérios de distribuição das receitas entre os municípios.

IPTU

A divisão de parte dos recursos deverá considerar população, indicadores de aprendizagem e equidade educacional, preservação ambiental e repartição igualitária entre as cidades paulistas. A proposta inclui na Lei Orgânica a possibilidade de o Executivo atualizar a base de cálculo do IPTU, desde que observe critérios estabelecidos previamente em legislação municipal. Outra mudança amplia as finalidades da Contribuição para o Custeio, a Expansão e a Melhoria do Serviço de Iluminação Pública (Cosip).

IPVA

Quanto à mudança que amplia as finalidades da Cosip, especificamente, ela permite o uso dos recursos em sistemas de monitoramento destinados à segurança e à preservação de espaços públicos. O texto mantém as regras atuais do ISS durante a transição, com revogação prevista para 1º de janeiro de 2033. Também atualiza dispositivos sobre o IPVA, incluindo a participação dos municípios na arrecadação relativa a veículos aquáticos e aéreos. Segundo a Prefeitura, as mudanças não criam benefícios fiscais nem implicam renúncia de receitas.

RAFAEL LIMA/CORREIO DA MANHÃ



Sede do Poder Legislativo de Campinas, na Ponte Preta

Como participar

A audiência é gratuita e aberta ao público. Será realizada no Plenário da Câmara, na Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66, no bairro Ponte Preta, com transmissão pela TV Câmara e pelo canal da Casa no YouTube (tvcamaracampinas). A população poderá participar da discussão tanto presencialmente, quanto enviando mensagens pelo portal do Legislativo (www.campinas.sp.leg.br)

PINGA-FOGO

Referência?

A visita da comitiva da Secretaria de Mobilidade Urbana (Semurb) de Barueri à sede da Emdec (autarquia responsável pelo trânsito e pelo transporte público de Campinas) retrata o contraste da gestão viária local. Se a intenção era absorver a expertise campineira em engenharia semafórica e fiscalização eletrônica, a viagem cumpriu o objetivo.

Boa de multas

A autoridade local demonstra eficiência administrativa na aplicação de penalidades no controle de tráfego (multas). O problema surge quando a busca por modelos de sucesso mira o sistema de transporte coletivo. Neste campo, a mobilidade acumula gargalos que desafiam o discurso de excelência na cidade.

Qualidade duvidosa

O histórico expõe um cenário em que doze coletivos foram consumidos por incêndios apenas este ano. A rotina de quem depende dos ônibus envolve quebras constantes, superlotação, longas esperas e elevadores inoperantes. Houve, inclusive, autorização emergencial para o transporte alternativo operar linhas diante de atrasos crônicos.

Inócuo

A incapacidade estrutural ocorre a despeito de repasses públicos milionários e da pesada cobrança municipal. As autuações aplicadas às concessionárias por descumprimento de horários superam R$ 15 milhões, abatidos dos subsídios. O mecanismo pune, mas não resulta em conforto ou regularidade do sistema ao usuário.

Cancelamento pelo TCE

A incerteza jurídica completa o quadro. A licitação bilionária acabou cancelada pelo Tribunal de Contas por falhas econômicas no edital. Para impedir o colapso, o Legislativo prorrogou os contratos. A reorganização depende da nova concorrência em dezembro, que inclui a gestão do sistema de BRT.

Ilusão sobre rodas

Referência restrita ao tráfego viário, Barueri encontrou em Campinas um exemplo funcional de articulação tecnológica para a gestão viária. Mas, levar a ilusão de que a gestão campinense representa referência no transporte público exige ignorar a realidade enfrentada diariamente por passageiros locais.

SILVANA GARZARO



Obra retrata a trajetória de Quércia desde as origens no interior paulista

Biografia de Quércia será lançada dia 26 em Campinas

Obra em dois volumes detalha trajetória do ex-governador de SP

Da **Redação**

O teatro do Centro de Convivência Cultural de Campinas "Carlos Gomes" sediará, em 26 de novembro de 2026, às 19h, o lançamento da biografia de Orestes Quércia (1938-2010). A entrada é gratuita, aberta ao público e conta com o suporte institucional da Secretaria de Cultura e Turismo da prefeitura.

A obra conta com dois volumes. O primeiro, intitulado Orestes Quércia — De Igaçaba-Pedregulho a Campinas, foi escrito pelo historiador Jorge Alves de Lima, ex-presidente da Academia Campinense de Letras (ACL), e conta com prefácio do ex-presidente da República, Michel Temer (MDB). Abrange os primeiros anos do biografado no interior paulista, a transferência para Campinas, a atuação no rádio e na imprensa escrita, além dos passos iniciais na vida pública. Retrata os mandatos no Poder Legislativo municipal e estadual, a chefia do Executivo campineiro e a vitória para o Senado Federal em 1974, pelo MDB, durante a ditadura militar.

A pesquisa apoia-se em documentos de época, imagens históricas e relatos inéditos. Já o percurso à frente da Prefeitura de Campinas a partir de 1969 é escrito em tom analítico. Traz o testemunho de Alves de Lima, que também foi ex-presidente do MDB local e companheiro de Quércio desde 1958, época em que se conheceram em uma academia de musculação na rua Barão de Jaguara.

Naquela fase, Quércia conciliava o curso de Direito, as transmissões radiofônicas e o trabalho em um armazém da família.

O segundo volume, que recebeu o nome de "Do Senado ao Governo de São Paulo", é assinado por José Pedro Soares Martins. Foca na consolidação da liderança partidária e na gestão no Palácio dos Bandeirantes.

A edição traz prefácio assinado pelo prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP), também natural de Pedregulho. No texto, Saadi rememora o pleito municipal de 2020 e avalia o impacto da trajetória de seu conterrâneo no próprio itinerário público. "A história de Quércia, pela dimensão que alcançou, funcionou como referência concreta de que origem não limita destino.", escreve Saadi.

A obra reúne ainda registros sobre dinâmicas políticas de Campinas e do território paulista.